



Novos Cadernos NAEA

v. 26, n. 1 • jan-abr. 2023 • ISSN 1516-6481/2179-7536



**AQUI SOMOS TODAS MARGARIDAS,
OU QUANDO A VALE NÃO VALE NADA:
UM ESTUDO SOBRE LIDERANÇAS
FEMININAS E CRIMINALIZAÇÃO NA
ESTRADA DE FERRO CARAJÁS/MA**

**HERE WE ARE ALL DAISIES, OR WHEN VALE IS WORTH NOTHING:
A STUDY ON FEMALE-LEADERSHIP AND CRIMINALIZATION ON THE
CARAJÁS/MA RAILROAD**

Francisca Érica dos Santos Souza  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Vanda Pantoja  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO

O artigo analisa o processo de criminalização sofrido por lideranças femininas processadas pela empresa Vale S.A. em razão delas terem participado de protestos contra os efeitos da atividade de mineração em seus territórios, ao longo da Estrada de Ferro Carajás no estado do Maranhão. As ações dessas mulheres são analisadas à luz da noção de resistência, palavra utilizada por elas para definir suas ações. A pesquisa foi realizada tendo como fonte de coleta de dados as entrevistas com as lideranças que sofreram processos judiciais pela empresa Vale S.A, entre os períodos de 2013 e 2017, além de consulta bibliográfica sobre os efeitos da mineração na Amazônia e na América Latina. Os resultados apontam para um processo violento e contínuo de criminalização dos sujeitos que resistem às violações de direitos na luta por garantia do território.

Palavras-chave: Mulheres. Mineração. Resistências. Pará. Maranhão.

ABSTRACT

The article analyzes the criminalization process suffered by female leaders sued by the company Vale S.A. due to their participation in protests against the effects of mining activity in their territories, along the Carajás Railroad in the state of Maranhão. The actions of these women are analyzed in the light of the notion of resistance, a word used by them to define their actions. The research was carried out using interviews with leaders who were sued by the company between 2013 and 2017 as a data collection source, in addition to a bibliographical consultation on the effects of mining in the Amazon and in Latin America. The results point to a violent and continuous process of criminalizing subjects who resist violations of rights in the struggle to guarantee their territory.

Keywords: Women. Mining. Resistances. Pará. Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz à luz as experiências de resistência compartilhadas por mulheres atingidas, de forma direta ou indireta, pelos danos ocasionados pelos projetos de mineração na região de Carajás, no estado do Maranhão. O trabalho analisa e apresenta algumas das ações que fizeram com que essas lideranças sofressem processos criminais pela empresa Vale S.A.¹ entre os anos de 2013 e 2017.

Essas mulheres são ativistas em movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e coletivos. Assim, com base nos relatos dessas lideranças femininas, coletados no período entre fevereiro e dezembro de 2019, e apoiadas em bibliografias acerca de projetos de mineração na Amazônia e América Latina construímos este texto.

A importância deste artigo é contribuir na visibilidade das lutas e processos de resistência ao modelo de desenvolvimento imposto aos territórios das mulheres ativistas ao longo da Estrada de Ferro Carajás no estado do Maranhão. Ao fazer isso, passamos pelos processos de articulação e organização política dessas mulheres face ao neoextrativismo mineral da mineradora Vale S.A., também evidenciamos o fenômeno da criminalização que recai sobre elas.

Por fim, o artigo evidencia também os aprendizados das mulheres na composição das redes de autoproteção para o enfrentamento da mineração em seus territórios, e identifica singularidades e efeitos sociais do neoextrativismo mineral no cotidiano dessas pessoas. O lócus da pesquisa coincide com territórios ‘ocupados’ pela Vale S.A. no estado do Maranhão, nos povoados de Santa Rosa dos Pretos, Oitero dos Pires Dois e João do Vale nos municípios de Itapecuru Mirim, Santa Rita e Açailândia.

É necessário contextualizar como funcionam os processos criminais e civis movidos pela empresa Vale S.A. nos últimos anos no Maranhão. Segundo Santos (2017), dos processos criminais e civis movidos pela empresa nos últimos anos no Maranhão, pelo menos 57 ações (somadas as criminais e civis) foram identificadas entre os anos de 2013 e 2017 – média de 11 por ano. Neles, a Vale S.A. argumenta que sua ‘posse está sendo ameaçada’, fato que justificaria as ações de criminalização das lideranças que se colocam contra suas ações no território. Levantamento do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (DOMENICI, 2017) identificou que mais de

¹ A Vale S.A. fundada em 1943 com o nome de Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (COELHO, 2015, p. 27).

170 lideranças foram alvos de processos da mineradora na Justiça do Pará e do Maranhão, além de movimentos sociais, indígenas, quilombolas, agricultores, durante o período de duplicação da ferrovia entre os anos de 2010 e 2018.

Na esfera civil, são as ações de interdito proibitório, sendo 25 casos, que predominam, ou seja, quando a empresa tenta impedir com antecedência que a Estrada de Ferro Carajás (EFC) seja paralisada pela comunidade, como ocorre, usualmente, durante os protestos por melhoria de acesso às comunidades em torno da ferrovia e mais segurança nas travessias.

Na sequência, vêm as ações de reintegração de posse com 17 casos. Por exemplo, em uma das mobilizações no ano de 2017, uma faixa no povoado de Pedrinhas, em Anajuba, nas proximidades do km 92 da EFC, informava à comunidade que uma interdição estava prevista, o protesto visava pressionar a Vale a construir um viaduto. Com um pedido liminar, a companhia alegou que ‘tal fato não poderia ocorrer’. Na ocasião, a Vale alegou que a Estrada de Ferro Carajás realiza o transporte de combustível do Porto de Itaquí até as cidades do Sul do Maranhão e do Pará e que, a paralisação causaria prejuízos à economia. A decisão liminar, concedida em favor da empresa, estipulou multa de R\$ 50 mil a quem descumprisse a ordem (DOMENICI, 2017).

Entre as 57 ações, somente uma liminar inicial foi desfavorável à companhia. O pedido de reintegração de posse que estava direcionando a comunidade de Moitas, no município de Arari, localizado a 180 quilômetros de São Luís/MA. Segundo a Agência Pública, a Vale afirmou que houve interdição de uma via pública que dá acesso a EFC e que a situação interrompeu a ferrovia no km 140. Segundo a ação, a manifestação pedia melhoria na estrada de acesso ao povoado (DOMENICI, 2017).

O juiz responsável pelo caso, Milvan Gedeon Gomes, argumentou que a mineradora não comprovou suas alegações, tendo reunido como prova um boletim de ocorrência policial. “Sabidamente um documento produzido de maneira unilateral, não se prestando para, de forma isolada, comprovar os fatos narrados”, escreveu no despacho (DOMENICI, 2017). Já os casos criminais são mais raros e somam seis nos últimos cinco anos.

Nos seis casos, o expediente jurídico usado pela Vale foi uma queixa-crime por exercício arbitrário das próprias razões, termo utilizado para aqueles que fazem justiça com as próprias mãos, com pena prevista de detenção que vai de 15 dias a um mês ou multa, além da pena correspondente à violência.

Devido a esses processos civis e criminais, as mulheres das comunidades ao longo da Estrada de Ferro Carajás no estado do Maranhão, sentiram a necessidade de se auto-organizarem e organizarem suas comunidades na luta pelo território. Neste estudo, chamamos essas mulheres de 'lideranças femininas'.

O termo foi escolhido por nós por duas razões, primeiramente, devido ao histórico de contribuição dessas mulheres nos processos de organização e participação nas decisões e lutas por melhores condições de vida dentro dos seus territórios. O segundo motivo foi pela necessidade de demarcar a presença feminina na luta por territórios e direitos na Amazônia, em geral, a presença feminina tem sofrido certo eclipse devido às estruturas de gênero que leem os processos de lutas por território como um espaço masculino, em especial os lugares de liderança. A presença dessas lideranças femininas aparece em todos os setores de atividades produtivas, porém, o respeito e o reconhecimento, ainda são tímidos, gerando certa invisibilidade dessas sujeitas.

A escolha da metodologia foi a história oral (ALBERTI, 1990), pois nos possibilita visualizar os motivos que marcam a participação social e o protagonismo das mulheres em um contexto de conflito, assim, captamos também alguma dimensão do processo de se constituir como liderança, sendo mulher e amazônica.

As mulheres aqui retratadas são protagonistas de suas lutas, quando relatam as suas histórias, buscam resgatar a memória fazendo com que o dizer, o contar, seja uma arte do fazer, do frutificar e do modificar a realidade.

A pesquisa de campo dividiu-se em dois momentos: fevereiro de 2019, em Itapecuru-Mirim e Santa Rita, e novembro de 2019, em Açailândia. Em fevereiro de 2019, estivemos na comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, que pertence ao município de Itapecuru-Mirim, e na cidade de Santa Rita, onde conversamos com representantes dessa comunidade e também com representantes da comunidade Sítio do Meio Dois, ambas as localidades ficam no estado do Maranhão.

Em novembro de 2019, foi realizada a entrevista com a representante do assentamento João do Vale, localizado no município de Açailândia/MA. Em Santa Rita/MA, conversamos com a liderança Margarida. Pescadora e residente na comunidade Sítio do Meio Dois, ela tem 33 anos e atualmente é Secretária da Pesca e Aquicultura no município.

Na mesma ocasião, conversamos com Machado, moradora e liderança da comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizada às margens da BR-135, no município de Itapecuru-Mirim/MA. O quilombo possui atualmente mais de 600 famílias que vivem predominantemente da agricultura e da pesca. Conforme Santos (2019), a comunidade, juntamente com os povoados Boa Vista, Pirinã, Barreiras, Leiro, Centro de Águia, Fugido, Barreira Funda, Sítio Velho, Picos I, Picos II, Curva de Santana, Alto de São João, são territórios do Maranhão cortadas pela Estrada de Ferro Carajás.

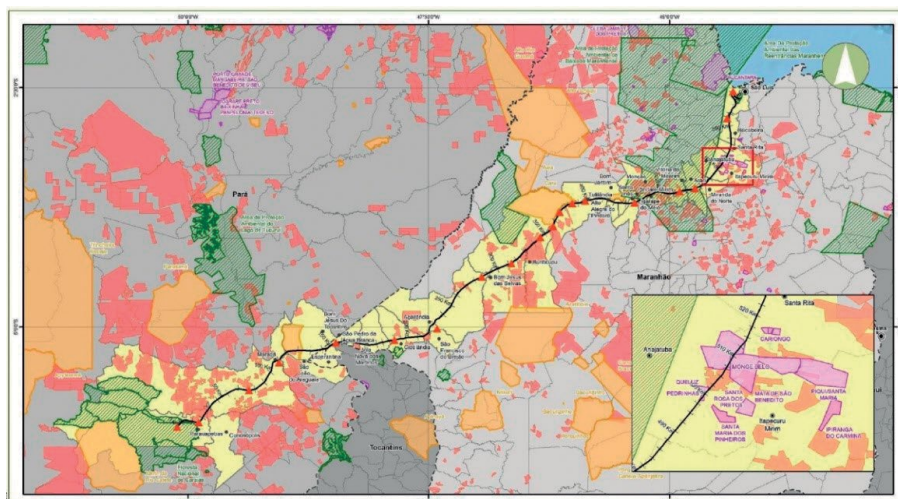
2 OS EFEITOS DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS NAS COMUNIDADES DO MARANHÃO

Com a chegada da EFC, os efeitos da mineração nos territórios concorrem abertamente com outras formas de uso dos recursos naturais locais e, em vários casos, colocam em precipitação formas de produção, em particular aquelas que estão absolutamente sujeitas ao meio ambiente, a exemplo da agricultura (MILANEZ; SANTOS, 2013).

Assim, com a chegada da mineração, a história contemporânea da Amazônia Oriental é repleta de complexidades. Quando se fala sobre o processo de ocupação inerente à região, são visíveis os vários conflitos socioambientais que se fazem presentes e as apropriações que se concentram nos recursos naturais, incluindo a terra e também a estrutura do mercado de trabalho.

Com extensão de 892 km, a EFC atravessa 23 municípios do Maranhão e 4 municípios do Pará, em plena planície amazônica, traçado disposto no sentido nordeste-sudoeste, com 24 trens que passam, diariamente, indo e voltando entre Carajás (Pará) e São Luís (Maranhão). Cada trem possui 4 km de extensão e demora, em média, 4 minutos para passar por qualquer ponto. Nos municípios do Maranhão cortados pela linha férrea há 100 povoados, dentre eles, ribeirinhos, camponeses, territórios quilombolas, terras indígenas, sítios arqueológicos, um mosaico de territórios formados por unidades de conservação e áreas de proteção permanente (SILVA, 2014). Essa diversidade pode ser verificada no Mapa 1.

Mapa 1 – Ferrovia Carajás, territórios quilombolas, terras indígenas e unidades de conservação



Fonte: Malheiro (2019, p. 25).

De acordo com o exposto no mapa, os espaços agenciados pela mineração advêm de áreas densamente ocupadas por diferentes segmentos sociais que têm, em comum relação, aproximação com a natureza e que dependem dessa para viver. Os conflitos por territórios surgem exatamente da necessidade que, tanto os empreendimentos econômicos de grande porte, quanto as populações, têm de uso dos recursos na natureza, é bem verdade que, as formas como cada um desses sujeitos se apropriam desses recursos é bastante diferente, contraditória na verdade.

É preciso destacar que, apesar da resistência forjada por grupos e sujeitos locais às intervenções do capital em seus territórios, as mineradoras têm conquistado um determinado público nesses espaços, em especial nos lugares de poder (institucional), para reforçar a autoridade do discurso como algo ‘construtivo’ e ‘bom’.

Esse fato acaba por gerar divisões entre os moradores das comunidades e cidades no que se refere ao apoio que esses empreendimentos recebem dos moradores locais. O resultado do ‘medir’ de forças desiguais entre os moradores locais e os empreendimentos – e às vezes dos moradores entre si – gera agravamentos das mazelas que cercam a região e alimentam o imperialismo já existente na Amazônia, legitimando poderes e enriquecendo o espaço de conflito na região (CASTRO; CAMPOS, 2015).

Na história do Brasil, o formato de exploração dos bens naturais tem sucedido a mineração em várias décadas, em particular na Amazônia, com a descoberta de jazidas minerais. O começo das extrações provoca ações demográficas, determinando transformações na composição de várias populações, de tal maneira, a abranger composições por sexo e idade, o que ficará presente após a diminuição ou o término do processo de espoliativo da mineração (CASTRO; CAMPOS, 2015). Uma das transformações negativas para a população é a expulsão de comunidades de seus territórios, ao passo que acontece, designadamente, em locais onde a mineração não possibilita outras formas de desenvolvimento econômico, como é o caso da região de Carajás.

Nos territórios do Corredor de Carajás, vivem mais de 100 comunidades somente na área de influência direta da EFC, o que equivale a 500 metros de cada margem da ferrovia. Em cinco anos de duplicação, “mais de 170 pessoas já foram alvo de processos na Justiça do Pará e do Maranhão por parte das mineradoras, além de movimentos sociais, indígenas, quilombolas, agricultores” (DOMENICI, 2017, não paginado)².

Os grandes projetos de mineração, as hidroelétricas e barragens, os minerodutos e muitos outros diferentes investimentos são financiados com dinheiro público e beneficiam o lucro privado e provocam violações coletivas. Desta forma, visibilizar esses conflitos, nomear as comunidades atingidas, mostrar fotos, elencar os danos e narrar o sofrimento pode ser uma forma de colaborar com o freio à expansão impulsiva desse padrão extrativista de mineração.

Segundo as lideranças femininas, a Vale S.A. alega que “tem o direito de pedir a liberação de qualquer via que dê acesso à ferrovia” (LOCATELLI, 2015, não paginado). Em sua peça de acusação, a empresa também argumenta que o fechamento de estradas por moradores do interior do Maranhão poderia ter graves consequências a toda a economia do Brasil. A ofensa à operação da ferrovia também pode representar enorme prejuízo à balança comercial brasileira, considerando os diversos contratos com siderúrgicas no exterior e com as indústrias da agricultura, os quais se não forem cumpridos, acarretarão prejuízos incalculáveis.

Em entrevista, Santos (2013) aponta que o “Plano Nacional de Mineração 2030 explicita a intenção estatal de expandir a exploração de

² Dentre as 57 ações judiciais, 25 eram interditos proibitórios, utilizados pela Vale para impedir com antecedência que a Estrada de Ferro Carajás fosse paralisada. Essa é a principal resposta da Vale aos protestos e reivindicações das inúmeras comunidades que são cortadas pelo seu trem. Em segundo lugar, estão as ações de reintegração de posse, que somavam 17 casos.

minerais variados entre três e cinco vezes”. Tal fato ocasiona o fortalecimento do campo da mineração, direcionando os interesses de municípios e estados mineradores em acumular compensação financeira.

Desde a instalação na Amazônia Oriental, nos anos 1980, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) causou impactos profundos aos diversos grupos sociais. Com a duplicação³ da ferrovia, muitos danos causados na sua instalação estão se reproduzindo. Trata-se de remoções, assoreamento de fontes hídricas, danos às estradas vicinais e às estruturas de residências em decorrência da circulação de veículos pesados, atropelamentos de pessoas e animais, dificuldade na travessia por conta dos trilhos, o que viola o direito de ir e vir das pessoas e entre comunidades, dentre outros e, mais recentemente, a criminalização de lideranças locais que se opõem a essas violações de direitos.

3 MULHERES E MINERAÇÃO

Há poucas pesquisas e estudos relacionados aos efeitos do extrativismo mineral na vida das mulheres, face ao modelo de desenvolvimento extrativista na Amazônia, particularmente na Região de Carajás (Pará e Maranhão). Com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2018, Baster (2019, p. 84) mostra que, nesse ano, 486 mulheres passaram por algum tipo de violência, entre os quais, tortura, agressão, tentativa de assassinato ou ameaça relacionadas aos conflitos na Amazônia.

Os dados de 2020 da mesma publicação atestam que nos últimos dez anos, de 2011 a 2020, a CPT registrou 77 tentativas e 37 assassinatos de mulheres, camponesas, sem terras, quilombolas e indígenas, envolvidas em conflitos fundiários e socioambientais. Esses crimes permaneceram centralizados, especialmente, na Região Norte do Brasil, onde foram registrados 24 assassinatos e 40 tentativas. As regiões Nordeste e Centro-Oeste, contabilizam 5 assassinatos cada e, as de tentativas de assassinatos foram 26 no Nordeste e 6 no Centro-Oeste. Nas regiões

³ A duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) exemplifica este contexto, pois novos e antigos conflitos socioambientais são propagados – apesar da existência de instrumentos de tutela do meio ambiente. No Maranhão, a população local, como é o caso das comunidades remanescentes do povo quilombola de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo, em Itapecuru Mirim/MA, é diretamente afetada pelo empreendimento. Para que se analisem as externalidades socioambientais referentes à duplicação da EFC, é necessário destacar primeiramente os aspectos históricos do desenvolvimento na região amazônica. Com isto, será possível examinar aspectos referentes à flexibilização de normas, de direitos e de procedimentos em favor de interesses econômicos.

Sudeste e Sul, os registros foram respectivamente de 2/1 assassinatos e 3/2 tentativas (CPT, 2020).

Ainda conforme Baster (2019, p. 85), em “uma década, 1.409 mulheres sofreram algum tipo de violência no campo, até 2018”. O número pode ser muito maior, pois, em casos como despejo ou expulsão, são computados os números de famílias, o que não avalia a quantidade precisa de mulheres envolvidas. Quando episódio como esses acontecem, é sobre as mulheres que recai a carga mais pesada dessas ações, pois elas, ao verem destruído o local de sua habitação e trabalho, carregam consigo a dor e a angústia de suas comunidades.

Dessa forma, os processos de articulação das mulheres constituem movimentos de resistência tanto à empresa quanto ao capital como sistema estruturante de relações de exploração. O enfrentamento das mulheres liderança surge a partir da necessidade de se contrapor às violações da empresa Vale S.A. em seus territórios, elas se auto-organizam e organizam suas comunidades por meio de rodas de conversa, formação de base, sindicatos, associações e cooperativas ou promovendo reuniões mensais em suas comunidades, trazendo à tona, discussões que têm como propósito tornar as pessoas conscientes das violações que acontecem diariamente, tendo a empresa Vale como principal violadora.

As lideranças femininas, quando descreviam momentos específicos na luta em seus territórios, indiretamente nos indicavam que seria necessário mudar os seus nomes, em virtude do aumento de feminicídio e da criminalização das lutas sociais, principalmente na região amazônica. Assim, decidiu-se apresentá-las com nomes fictícios escolhidos por elas.

Os relatos de nossas interlocutoras ajudam a compreender a contradição que há em territórios que, em simultâneo, são traduzidos por cifras e números tão expressivos quanto os da mineração industrial e que traduzem morte, degradação e falta de direitos básicos das pessoas e comunidades que estão nesse mesmo território. É esse contexto de muita riqueza, degradação e lutas que motiva mulheres rumo à organização e às ações de resistência e que também as levam a serem processadas.

É importante ressaltar que, a atividade da mineradora impacta fortemente, e de modo específico, a vida das mulheres, “os processos de submissão, dominação e exploração diferem, assim como as categorias de ameaças (e contrarreações) apresentam diferenças no que tange às diversidades, raças/etnias, gêneros e identidades” (SOUZA; RODRIGUES, 2019, p. 4).

Ao longo da Estrada de Ferro Carajás, duplicada para acelerar a extração e a exportação de recursos naturais, Margarida, liderança feminina quilombola de Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão, diz que o Corredor Carajás atropela comunidades, desrespeita formas de vidas nos territórios, destrói igarapés e modos de vida. O passo acelerado e violento da estrada de ferro aumenta a insegurança das mulheres, em particular, nas comunidades que ficam mais próximas às ferrovias, estradas, minas e portos.

4 “A VALE NÃO VALE NADA”

As atividades extrativas consistem em processos temporais com diferentes sazonalidades, ritmos e ciclos (D'ANGELO; PIJERS, 2018). Os efeitos contraditórios, sinérgicos e espoliativos compõem a lógica extrativa mineral. Nesse sentido, a empresa Vale S.A. usa a criminalização para desarticular as pessoas mais engajadas que se opõem aos efeitos sinérgicos da lógica extrativa mineral.

Um exemplo de como a Vale reage quando suas atividades de mineração são questionadas aconteceu em 2015, no município de Buriticupu, nas comunidades Vila Concórdia e Vila União, quando após uma manifestação que exigia a construção de uma passagem segura de uma comunidade a outra, o pai de uma liderança local que, não chegara a participar da manifestação, foi processado criminalmente pela empresa.

No ano de 2014, cinco quilombolas da região de Itapecuru-Mirim foram processados pela mineradora transnacional Vale S.A.⁴. Em 23 de setembro do mesmo ano, mais de 500 quilombolas de Itapecuru-Mirim, no Maranhão, bloquearam os trilhos da Estrada de Ferro Carajás, a EFC. O bloqueio aconteceu na altura do quilombo Santa Rosa dos Pretos para exigir que a mineradora e o poder público fossem transparentes no processo de consulta à população sobre as obras de duplicação da ferrovia, em curso desde 2013. Os quilombolas exigiam também que o Governo Federal cumprisse as demandas relativas à demarcação das terras remanescentes de quilombos.

Todavia, o aparelho jurídico de interdito proibitório é usado ao longo da EFC, para prevenir as ocupações e evitar danos econômicos. No

⁴ A razão do processo se deu por conta de bloqueios realizados pela comunidade. Estes aconteceram na altura do quilombo Santa Rosa dos Pretos para exigir que a mineradora e o poder público fossem transparentes no processo de consulta à população sobre as obras de duplicação da ferrovia, em curso desde 2013. Os quilombolas exigiam também que o Governo Federal cumprisse demandas relativas à demarcação das terras remanescentes de quilombos.

percurso do processo de duplicação da ferrovia, cerca de 170 pessoas, entre lideranças de movimentos sociais, indígenas, quilombolas e agricultores, tornaram-se alvos de processos da mineradora na Justiça, entre os anos de 2013 e 2017. Segundo dados da Agência Pública, nesse período, a Vale S.A. usou o interdito proibitório em 25 casos (DOMENICI, 2017).

A liderança feminina Machado relata que, o processo de titulação de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo foi segurado por pelo menos três anos pela Vale S.A., que em 2009 contestou a demarcação dos dois territórios alegando que não foi deixada terra suficiente para a duplicação da ferrovia. O protesto durou cinco dias e só terminou em 27 de setembro do mesmo ano, quando uma comitiva do Governo Federal se apresentou no acampamento para conversar com a população. Além disso, há diversos casos de criminalização de mulheres lideranças, como o caso das entrevistadas para essa pesquisa – Margarida, Machado e Maria – processadas criminalmente pela mineradora transnacional, em 2011 e 2012, por terem bloqueado a ferrovia em protestos reivindicando passarela, titulação de terra e melhorias de estradas deterioradas pela passagem de caminhões pesados da empresa.

Nas narrativas das três lideranças, elas compartilham ambientes afetivos em suas comunidades, as significações construídas por elas de seus espaços de experiências e de si mesmas. Elas são vistas como lideranças por suas comunidades e ocupam esse lugar por meio de uma prática familiar e comunitária, nas quais envolvem questões de resistências mais amplas, a exemplo da questão da mineração em seus territórios com questões mais domésticas, como segurança alimentar, segurança pública, cuidado com as crianças, relações de trabalho e demais questões de seus cotidianos.

Dentro desse contexto, foi percebido no decorrer da pesquisa que há uma comunidade afetuosa presente pela memória formada pelos elos afetivos entre elas e suas comunidades. Essa comunidade afetiva está ligada por meio dos desafios diários, sobre os lugares de experiências compartilhados por essas pessoas e que se mantêm vivos em suas memórias. Assim, apesar das tensões provocadas pelo extrativismo mineral, os enfrentamentos travados pelas lideranças têm gerado transformações positivas nos seus territórios. Na contramão, nos últimos anos, são inúmeras as violações que ameaçam as formas de mobilização dos movimentos sociais, por se contraporem às desigualdades impostas pelo sistema capitalista, especialmente a criminalização protagonizada pelas empresas, com aval do Estado conservador e colaboração da grande mídia.

Com o passar dos anos, depois de reivindicar espaços e lugares de fala em sindicatos, ONGs, movimentos sociais e dentro das próprias comunidades, as mulheres ainda são alvos do conservadorismo do Estado e, principalmente, dos grandes empreendimentos. No conjunto da narrativa, é possível perceber elementos importantes da relação da empresa Vale S.A. com a comunidade Sítio do Meio Dois e da historicização de como o discurso pronto da empresa incomodava a comunidade.

Margarida, uma das sujeitas da pesquisa e desse artigo, relata os conflitos vividos devido à construção de um viaduto para facilitar, supostamente, o acesso seguro dos moradores:

Tenho 33 anos, sou pescadora e moro na comunidade Sítio do Meio Dois, a primeira reunião que participei com a Vale foi em 2006. Desde 2006, a comunidade de Outeiro dos Pires já pedia o viaduto. A gente não tinha uma passagem segura. Já pediam para eles sinalizar melhor a Estrada de Ferro Carajás, já pediam para eles diminuir mais a zoadada da buzina do trem, que incomodava muito as crianças e os idosos, e eles sempre se negaram [a] estar fazendo esses pedidos. E sempre tinha aquela história da compensação, as mitigações nunca fizeram. A gente nunca teve, de fato, um projeto que viesse mesmo da forma que a comunidade queria. Sempre eles vinham com alguma pauta pronta. Já vinham até, às vezes, com um documento pronto para as pessoas assinar. Aquilo começou a incomodar, e começamos a dizer que as coisas não tinham que ser assim (informação verbal)⁵.

Na fala de Margarida está presente seu incômodo pela forma como a empresa Vale S.A. conduzia as reuniões e tomadas de decisões, sem consultar ou dialogar de forma honesta com as comunidades Sítio do Meio Dois e Outeiro do Pires. É importante mencionar que as mulheres, tanto no campo quanto na cidade, mobilizam-se não necessariamente em movimento sociais, mas também em grupos que muitas vezes são apoiados por ONGs e/ou sindicatos, uma vez que, “a participação é um indicador de liberdades democráticas, de equidade nas decisões, e também um elemento decisivo na potenciação dos esforços produtivos” (FOLADORI, 2002, p. 110).

A fala de Maria, 50 anos, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e moradora do assentamento João do Vale, município de Açailândia/MA, expressa outro ponto:

O assentamento João do Vale fica no corredor da ferrovia Carajás, na estrada da Sunil. Fica [a] 57 quilômetros da cidade de Açailândia. Em 2012, a Vale começou a fazer a duplicação da ferrovia e apresentou-

⁵ Informação concedida por Margarida, liderança feminina, em Santa Rita/MA, em 08 fev. 2019.

se à comunidade para fazer algumas negociações em benefícios de investimentos sociais e em volta disso. A gente fez algumas negociações que não foram cumpridas. Toda essa negociação que foram apresentadas pela Vale, inclusive que não foram cumpridas, iniciaram no final de 2011. No dia 19 de janeiro de 2012, a gente reuniu as comunidades de Francisco Romão [e] João do Vale, e fizemos uma ocupação da estrada do Novo Oriente. [Era] a empresa Odebrecht que estava fazendo a duplicação da Estrada de Ferro Carajás da empresa Vale. Por conta dessas denúncias, foram processadas duas mulheres. Uma denúncia falsa, dizendo que a gente estava ocupando era a ferrovia, e isso não foi justificado. A gente teve a visita de um perito da Justiça Federal e não justificou isso que tínhamos ocupado a ferrovia, não coincidia nada com [a] denúncia que foi relatada pela Vale (informação verbal).⁶

No relato de Maria, expressa a criminalização dessas lideranças femininas, na tentativa de deslegitimar o sujeito político e suas lutas, com base em repressões, conversas com tom de ameaças e medo. A criminalização daquelas que defendem seus territórios, questionando o modelo de desenvolvimento imposto nas comunidades, é mais uma tentativa para enfraquecer as lideranças e, conseqüentemente, toda organização coletiva.

Maria relata como acontece essa desmobilização das comunidades na sua região:

A Vale está presente em nossos territórios, mexe um pouco na organização do assentamento. Com essa obra da duplicação, a Vale ficou mais ligada ao outro assentamento, Francisco Romão, além da comunidade João do Vale. A gente fazia todos os planejamentos de propostas juntos e discutiam de forma coletiva. Depois a empresa passou a fazer essa negociação separada. Acabou beneficiando mais uma comunidade do que a outra, até porque eles já não queriam beneficiar nós dizendo que estávamos mais distantes da ferrovia. A nossa distância da ferrovia é 3 km (informação verbal).⁷

A partir do relato, reafirma-se a ideia de que, a empresa Vale altera a estrutura de organização da comunidade, mostrando que, a manipulação dos sujeitos, a desmobilização e a criminalização das lideranças tem sido práticas recorrentes.

Os relatos das lideranças femininas estão interligados quando se tratam da criminalização de moradores das comunidades. É possível notar, na conversa com a quilombola Machado, 52 anos, as diversas formas de

⁶ Informação concedida por Maria, liderança feminina, em Açailândia/MA, em 26 nov. 2019.

⁷ Informação concedida por Maria, liderança feminina, em Açailândia/MA, em 26 nov. 2019.

intimidações que sua comunidade sentiu, vivenciou e vivencia com o modelo predatório do capital mineral da mineradora Vale S.A.:

A Vale não vale nada porque cada hora que passa a gente é vendo as destruições que ela vem fazendo ao nosso povo. Agora dizer muitas portas na cara, muitas palavras opressoras do oprimido que o opressor faz de maltrato. Nós não nascemos para ser maltratado [sic] com palavras, isso acaba com qualquer pessoa (informação verbal).⁸

Em 2011, a comunidade Santa Rosa dos Pretos fez denúncia, por meio de uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a Vale e o Ibama. A ação, que ainda tramita, foi aberta porque o grupo alega que há irregularidades no Estudo de Impacto Ambiental das obras de duplicação da estrada de ferro. Segundo o MPF, a mineradora foi omissa ao não considerar no estudo Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo como territórios atingidos pela ação. Em 2012, a Justiça Federal obrigou a empresa a realizar uma série de ações de mitigação e compensação nos dois territórios.

Ainda segundo a liderança feminina Machado, seis anos após a decisão, a Vale ainda não cumpriu todo o acordo, segundo manifestação do juiz federal Ricardo Macieira e depoimentos de quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo. Em 2018, já a duplicação da EFC está 85% finalizada, de acordo com a empresa, com 542 km duplicados do total de 637 km.

No protesto de 2012, a mineradora enviou um ofício ao juiz informando sobre o bloqueio. A empresa disse não ter nada a ver com o assunto, alegou ser a única prejudicada com o fechamento da EFC e pediu uma audiência sobre o tema. No dia seguinte, o juiz federal negou o pedido alegando que a insatisfação das comunidades não seria resolvida em audiência, mas, sim, no momento em que a Vale cumprisse as obrigações já demandas pela Justiça na ação civil pública.

Como reiterado por Machado, a Vale S.A. trouxe, com sua demanda de desenvolvimento, a criminalização de lideranças femininas no Corredor de Carajás. Sobre a titulação da terra de Santa Rosa dos Pretos, Machado relata que foi juntamente com outras pessoas da comunidade ao Ministério Público Federal em São Luís, sem conseguir resoluções. A liderança afirma que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não resolveu a situação da titulação da terra e que encaminhou o caso para um setor que atende comunidades tradicionais, além de apontar que a rotatividade

⁸ Informação concedida por Machado, liderança feminina, em Itapecuru-Mirim/MA, em 10 fev. 2019.

de funcionários do INCRA que visitam as comunidades da região causa descontinuidade nos trabalhos:

Tudo que acontece, as vistorias nos territórios quem faz é a gente. Ainda pontua: em tal lugar tá acontecendo isso, até as denúncias. Os funcionários do INCRA não se deslocam para fazer essas vistorias. Depois, mais tarde, fomos descobrir, porque a gente tinha em mente que o entrave maior era com os fazendeiros para ter a titulação da terra. Mas era esse dragão, essa besta-fera da Vale que estava contestando. Agora dizer para Vale, dizer para essas grandes empresas que nós somos quilombolas é complicado, porque eles alegam que não somos. Além de dizer que somos, temos que dizer o que queremos, porque sabe da necessidade é quem passa, mas uma coisa nós temos, o respeito do cuidar (informação verbal).⁹

Em junho de 2017, após três anos desde que a ação de reintegração de posse foi movida, e mesmo com a desobstrução da via – objeto da ação – ao fim do protesto, pela juíza responsável titular do 2º caso Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, intimou os seis quilombolas para uma audiência de conciliação com a Vale.

A proposta do advogado da Vale foi que os quilombolas nunca mais, por qualquer motivo, ocupassem os trilhos da EFC, segundo a liderança feminina Machado. Como contraproposta, os moradores de Santa Rosa dos Pretos exigiram que a mineradora retirasse das terras quilombolas todos os trilhos da estrada de ferro. Não houve acordo.

A constituição do contradiscurso como estratégia histórica e social possibilitou a comunidade de Machado perceber como a Estrada de Ferro Carajás promove a ocupação da área diretamente afetada. Mas, essas condições são externalizadas como insignificantes quando comparadas à possibilidade de deixar o lugar.

Deixar o lugar representa para as famílias quilombolas a perda da identidade, além de significar vulnerabilidade social e incerteza. Pois, o deixar o lugar, mediante a ação imposta pelo empreendimento não possibilita aos moradores um deslocamento, uma mudança, pensada e programada, principalmente por não saberem ao certo onde serão reassentados e em que condições o reassentamento será feito.

Os relatos de Margarida, Maria e Machado, que falam sobre a criminalização após a vinda da empresa Vale, sinalizam um misto de sentimentos e revoltas. As memórias das mulheres que vivenciam (ou

⁹ Informação concedida por Machado, liderança feminina, em Itapecuru-Mirim/MA, em 10 fev. 2019.

vivenciaram) situações de contradições, tragédias socioambientais com eminência de novos desastres, perseguições e ameaças à integridade física, também são atingidas, como discorridos, nas entrevistas e nos corpos das mulheres, por um sistema misógino, que possuem a frente de ataque mulheres, por sua liderança e sua figura de gênero.

Recorrendo ao pensamento de Saffioti (2013), é necessário romper com as estruturas que sustentam uma ordem que prendem os discursos dessas mulheres. Neste caso, o potencial revolucionário estaria com as mulheres, aquelas que sofrem prejuízos maiores.

5 ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA FEMININA

Entende-se que são nos territórios onde se materializam as lutas pela preservação das condições ambientais para ter vida digna nas comunidades. E em conjunto, essas várias ações formam um dispositivo que acena como oportunidades para essas mulheres, oportunidades que podem ser vistas como fundamentais para a sobrevivência, promovendo valores de cooperação, conexão, afeto e o compartilhamento de poder, em vez de competitividade, individualismo e autoritarismo.

Um dos principais obstáculos, ao se estudar as mulheres que denunciam os efeitos espoliativos da mineração, dentro e fora dos territórios, é que esse setor é normalmente percebido como masculino. Como bem elucidada Saffioti (2013), a crença na ausência da mulher nos espaços públicos e nos ambientes de trabalho tidos como masculinos colabora para que as mulheres permaneçam em estado de invisibilidade, mesmo quando estão presentes. Portanto, na percepção e na memória coletiva, a mulher não esteve presente, por vários anos, nessas formas de se organizar, para assim, organizar também suas comunidades. Mas, na verdade, elas foram invisibilizadas nessas questões. As mulheres estiveram e estão presentes como sujeitas importantes na história de resistências à exploração mineral.

No site do Sindicato dos trabalhadores em empresa de transporte ferroviário (Sindiferro), em uma reportagem de 2015, são relatadas algumas situações sobre a relação da empresa com os moradores dos territórios ocupados pela vale: “Dona Nicinha, lavradora aposentada, foi uma das 12 pessoas processadas criminalmente pela Vale, na Vila Fufuca, em Alto Alegre do Pindaré/MA”. A razão foi um protesto que bloqueou a ferrovia por três dias depois de um grave acidente em março de 2015.

De acordo com a reportagem do site, é comum o trem parar no meio da comunidade, formando uma barreira que impede a circulação. A falta de passarela nas proximidades, reivindicada desde 2010, faz com que as pessoas sejam obrigadas a passar por baixo do engate do trem, no vão entre a composição e os trilhos: “Tanto Nicinha quanto os outros acusados de paralisar a EFC na Vila Fufuca negam ter liderado a manifestação”. A empresa não deixa claro “como identificou os 12 processados como líderes do protesto que reuniu mais de uma centena de pessoas”.

A mineradora diz que, é comprometida com a redução do número de ocorrências de incidentes ao longo da ferrovia e que mantém uma série de iniciativas para mitigar os eventuais impactos de sua operação, com equipes dedicadas à gestão, monitoramento, acompanhamento e prevenção de incidentes. E que faz um intenso trabalho para prevenir ocorrências, buscando conscientizar as comunidades próximas da linha férrea para haver uma convivência segura com a operação ferroviária.

Com base nos exemplos dessas histórias, ao trabalhar com os relatos da trajetória de mulheres e suas diversas formas de resistir aos processos de violações da empresa Vale S.A., especificamente as violações permanentes no Corredor de Carajás no estado do Maranhão, percebemos que essas mulheres se fortalecem e acreditam em possíveis mudanças, como já ocorreu quando elas tiveram suas vozes reconhecidas por seus companheiros e companheiras de territórios.

Ao terem suas vozes reconhecidas, essas lideranças femininas encontram pluralidade em suas vivências, ressignificando a experiência de vitimização e vulnerabilidade. Percebe-se que, por meio delas, foi possível mobilizar seus territórios para enfrentar as violências nas comunidades próximas à EFC, no sentido expresso por Comelli (2010):

A partir de la acción colectiva, de su experiencia de resistencia, las mujeres se desplazan del lugar asignado por El sistema capitalista / colonial / patriarcal / racista (Grosfoguel, 2006) y se dotan de un lugar y de una voz propia, constituyéndose como sujetos políticos. Del lugar de hijas, esposas, madres o hermanas comienzan a identificarse como assembleístas o auto convocadas¹⁰ (COMELLI, 2010, p. 18, grifos da autora).

¹⁰ Tradução livre: “A partir da ação coletiva, de sua experiência de resistência, as mulheres se deslocam do local designado pelo sistema *capitalista / colonial / patriarcal / racista* (Grosfoguel, 2006) e se dotam de um lugar e uma voz próprios, constituindo-se como sujeitos políticos. Do lugar de filhas, esposas, mães ou irmãs, elas começam a se identificar como membros da assembleia ou autoconvocadas”.

Esses mesmos casos de repetem em várias comunidades do Maranhão cortadas pela Estrada de Ferro Carajás. Por exemplo, a liderança Margarida, da comunidade Sítio do Meio Dois, localizada às margens da BR-135, zona rural do município de Santa Rita/MA, tem a estrada de acesso para entrada e saída do seu território cortada pela EFC:

As pessoas doentes ficavam aguardando o trem da Vale passar, mas chegou a um ponto de desespero. Em 2011, 2012, morreram duas pessoas na travessia esperando o trem passar para chegar ao hospital. Isso aí foi que indignou mais a comunidade, porque a empresa sempre fazia reuniões, sempre vinha aqueles povos das relações de comunidades, falava qualquer coisa sem uma resposta concreta, só mesmo enrolando. Quando foi em 2011, um morador representante da comunidade quilombola Retiro São João da Mata entrou com uma ação contra a empresa Vale, na Justiça Federal, reivindicando o pedido do nosso viaduto, essas coisas, porque eles apareciam mais para enrolar a comunidade, estávamos cheios daquilo (informação verbal).¹¹

Os discursos das empresas que dizem trazer “desenvolvimento” e melhores condições de vida para as comunidades geram construções de risco para o processo da construção social das populações. A isso se refere Virginia García Acosta:

Si bien la construcción social del riesgo se cristaliza y parece ser más visible en ciertos momentos a partir de determinados acontecimientos, de los planteamientos anteriores resulta evidente que los desastres y la propia construcción social del riesgo como tales son procesos. Al entenderlos y, por tanto, estudiarlo sin perspectiva histórica, el énfasis no se concentra en el evento histórico aislado sino que busca identificar, como lo reitera el antropólogo Eric Wolf, los procesos que están por detrás de esos sucesos¹² (GARCÍA ACOSTA, 2005, p. 19).

Em outro aspecto, as semelhanças crescem por meio de estudos de caso, no sentido que, a maioria dos desastres historicamente forçados por partes relacionadas à degradação ambiental, aumento populacional e procedimentos de urbanização são, em grande parte, vinculados ao aumento das desigualdades socioeconômicas. É nessa linha que, a liderança Margarida relata os danos em seu território, assim como a empresa Vale S.A. adentra outros espaços públicos com o discurso de desenvolvimento na região.

¹¹ Informação concedida por Margarida, liderança feminina, em Santa Rita/MA, em 08 fev.2019.

¹² Tradução livre: “Embora a construção social do risco se cristalice e pareça ser mais visível em determinados momentos, com base em determinados eventos, é evidente, pelas abordagens anteriores, que os desastres e a própria construção social do risco, como tais, são processos. Ao compreendê-los e, portanto, estudá-los em uma perspectiva histórica, a Ênfase não se concentra no evento histórico isolado, mas procura identificar, como reitera o antropólogo Eric Wolf, os processos por trás desses eventos”.

A comunidade cansada e indignada, pelas promessas da empresa que não foram cumpridas, resolveu não ir às reuniões agendadas, assim, organizaram outras mobilizações. Segundo Margarida, a comunidade já mudou o presidente da Associação de Outeiro dos Pires, então a Vale negociou alguns ‘projetinhos’ sociais para as escolas da zomba rural da região na Região de Santa Rita.

Um desses projetos era oferecer livros didáticos para os alunos das comunidades, os livros tinham como objetivos mostrar o quanto a Vale trazia desenvolvimento às comunidades ao longo da Estrada de Ferro Carajás, e como o trabalho na mineração era lucrativo. Margarida ainda destaca como a empresa interfere nas relações da escola e comunidade:

Um dia, uma das professoras perguntou para meu filho: “Quando você crescer, vai querer trabalhar na empresa, né? Você vai querer ser o que na empresa?” Aí o meu filho falou assim: “Não, tia, eu não vou querer trabalhar na empresa, não. Eu vou querer ser igual o papai e mamãe, quero trabalhar na roça e vou querer pescar igual meu pai e minha mãe. Não quero trabalhar na Vale (informação verbal).¹³

É importante destacar que essa postura de romantizar o trabalho no setor da mineração invisibiliza as desigualdades nas relações de trabalho e o descaso com trabalhadores e trabalhadoras. Conforme a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (2015, p. 1), em parecer informado na “Carta de Ouro Preto”, esse setor continua sendo o que mais mata, mutila e enlouquece trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, vários acidentes e mortes passam ‘despercebidos’ na mineração. O documento resume que implicações ambientais e sociais vêm crescendo aceleradamente nas últimas décadas no Brasil, no âmbito da mineração.

A partir de todos os problemas vivenciados, diariamente, pela comunidade onde Margarida mora, a liderança feminina explica como ocorreu a organização local, como as mulheres se inseriram e quais foram seus maiores desafios. Margarida destaca em seu relato que, quando as mulheres ocuparam Estrada de Ferro Carajás, participaram mais nove comunidades.

Homens, crianças, jovens, idosos, estiveram presentes, mas, a maioria eram mulheres, foram três dias de ocupação e essa mobilização, além do objetivo central que era reivindicar melhores condições de vida, também fortaleceu a união dos(as) moradores(as) das comunidades de Santa Rita que ficam próximas aos Trilhos da Vale.

¹³ Informação concedida por Margarida, liderança feminina, em Santa Rita/MA, em 08 fev. 2019.

Inclusive até chegou perguntando por mim, queriam saber por Margarida, quem era Margarida. Aí todas as mulheres levantaram a mão: “eu sou Margarida”; a outra: “eu sou Margarida”. Acabou que depois, para levar uma Margarida, tinha que levar todas. Quando eles vieram para levar uma pessoa para conversar com a juíza, dissemos não. Aqui são 9 comunidades, então vai 9 pessoas, cada uma representando uma comunidade. E assim foi: saíram 9 pessoas para conversar com a juíza (informação verbal).¹⁴

Margarida menciona que teve que sair do local da mobilização porque acionaram um batalhão de choque que veio de São Luís: “Nós queríamos nossos direitos garantido e a justiça não estava se importando, a juíza ordenou que a comunidade desocupasse os trilhos, porque eram da empresa. O Juiz fechou um acordo com a comunidade marcando outra reunião” (informação verbal)¹⁵. Segundo Margarida, essas reuniões não resolvem os problemas da comunidade.

A liderança feminina também fala das conquistas que tiveram depois que os moradores se organizaram e reivindicaram a construção do viaduto, com acesso de entrada e saída das comunidades próximas à EFC da Vale, explicou que no processo de negociação, a empresa apresentou cinco modelos de viadutos, e que queria construir perto de um igarapé localizado próximo às comunidades, o que eles não aceitaram. Depois de algumas conversas entre a Vale e o presidente da Associação, em 2013, o viaduto foi construído no local mais acessível às pessoas próximas a linha férrea da Vale.

O processo criminal de Margarida foi no decorrer da mobilização de 2013, quando a população reivindicava que a empresa Vale arrumasse a estrada de acesso até as comunidades. Em um determinado momento, Margarida viu um homem que não era morador das comunidades de Santa Rita e que não se identificou, fotografando a mobilização sem a permissão dos moradores presente na manifestação. Margarida tentou conversar com o sujeito, mas não teve resultados: “Peguei o celular, apaguei as fotos, ele fez um boletim na delegacia, porque eu tomei o celular. Disse que ele tirou foto minha e eu não tinha permitido” (informação verbal)¹⁶, lembra ela.

Os moradores ainda ressaltam os impactos ao meio ambiente causados pelas obras. Os igarapés entupidos impossibilitavam o sustento de centenas

¹⁴ Informação concedida por Machado, liderança feminina, em Itapecuru-Mirim/MA, em 10 fev. 2019.

¹⁵ Informação concedida por Margarida, liderança feminina, em Santa Rita/MA, em 08 fev. 2019.

¹⁶ Informação concedida por Margarida, liderança feminina, em Santa Rita/MA, em 08 fev. 2019.

de famílias. Sofremos com a poluição provocada pelo minério de ferro transportado sem cobertura nos vagões e que se dispersa pelo ar causando problemas respiratórios; com a poluição sonora devido à frequência da passagem de trens; há casa nas comunidades que estão rachadas devido à trepidação das locomotivas e nossas estradas estão sendo destruídas devido aos carros pesados que agora circulam frequentemente em nossas estradas.

Margarida expressa sua visão em relação à mineração em seu território, marcada pelo enfrentamento ao discurso de desenvolvimento. Na percepção da liderança, entende-se que, o processo escolhido pela empresa viola os direitos das populações, gerando impactos, o que desperta, em Margarida, a vontade de buscar melhores condições de moradia, saúde, educação, mesmo que ainda seja um processo árduo.

Para Escobar (2003, p. 72), o conceito do lugar que Margarida deixa entender em seu discurso é atrelado às concepções de “desenvolvimento para quem?”. Há inquietação da liderança feminina a respeito de qual seria esse desenvolvimento proposto pela empresa Vale, que beneficia apenas seus interesses financeiros e viola os direitos da comunidade, quando tenta implantar, nos territórios ao longo da EFC, sua forma predatória, que provoca uma reestruturação no dia a dia da população da região de Sítio do Meio Dois.

Acerca do processo de criminalização conduzido pela empresa Vale S.A., a representante quilombola Machado, expõe: “Nasci, como tem o dito popular, nasci e me criei em Santa Rosa dos Pretos” (informação verbal)¹⁷, comunidade localizada no município de Itapecuru-Mirim/MA:

Quando a gente fala “nasceu e se criou em Santa Rosa”, a gente também faz um resgate de entender o antes do nascimento e do crescimento. Nós temos todo um processo histórico há mais de 518 anos, completando agora 519 anos de autoafirmação enquanto preto, enquanto o nosso processo histórico nada mais é que um massacre, e isso eu reafirmo pela oportunidade que tive em viver em Santa Rosa dos Pretos (informação verbal).¹⁸

Em seu relato, Machado mostra o quanto é presente a relação da memória e os saberes populares dentro e fora da comunidade, porque são os saberes populares que dão sustentabilidade para que se transformem a memória em documento, é a memória do processo histórico de todo

¹⁷ Informação concedida por Machado, liderança feminina, em Itapecuru-Mirim/MA, em 10 fev. 2019.

¹⁸ Informação concedida por Machado, liderança feminina, em Itapecuru-Mirim/MA, em 10 fev. 2019.

o território. Para Machado “quem não tem memória não tem história” (informação verbal)¹⁹, então é a partir de sua vivência repassada para os filhos(as) e netos(as), que a memória faz todo o processo de reconhecimento e afirmação da “verdadeira” história de Santa Rosa dos Pretos.

6 DEMANDAS JUDICIAIS E OS RESULTADOS DOS PROCESSOS

Na visão das comunidades, principalmente a comunidade Santa Rosa dos Pretos que busca essa conquista da titulação da terra, a empresa Vale é a principal responsável pelo processo de titulação de terra não caminhar, e a comunidade não ter nenhum retorno. Esse é o principal disparador para processos de criminalização, caso a comunidade reaja às inerentes contradições que empresa Vale S.A. traz consigo, enquanto materializa os interesses do capital em um território.

A empresa diz que busca entender as motivações das manifestações e tratar as demandas sobre as quais ela pode contribuir, diz que busca sempre o diálogo como condutor de soluções, não compactuando, no entanto, com meios arbitrários de reivindicação de direitos, utilizando-se dos meios legais necessários para neutralizar e proteger suas operações, empregados e pessoas que direta ou indiretamente estejam envolvidas nas questões afeitas à EFC. Mas, as representantes das comunidades ouvidas nesta pesquisa, afirmam não haver um diálogo contínuo com a empresa Vale, apesar de alguns processos criminais já terem sido arquivados por falta de provas pela própria empresa, alguns continuam abertos.

É importante ressaltar que, a Vale é fiscalizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), onde são observados fatores de segurança nos trilhos, como sinalização de passagens em nível, conservação da ferrovia, entre outros pontos verificados pelo órgão regulador federal. Eventuais melhorias, que se façam necessárias, são constantemente estudadas por equipes multidisciplinares visando suas implementações.

Em discurso, a Vale diz que contribuir para o desenvolvimento do Maranhão é uma das premissas da atuação da mineradora no estado. Suas ações buscam a valorização sociocultural e o desenvolvimento econômico das comunidades e, a partir de diversas iniciativas e parcerias, mas seu discurso não condiz com os relatos apresentados ao longo desse artigo,

¹⁹ Informação concedida por Machado, liderança feminina, em Itapecuru-Mirim/MA, em 10 fev. 2019.

comunidades sem titulação de terra, comunidades impedidas de ir e vir, pessoas e animais sendo atropelados pelo trem, às vezes mortos.

Ao mencionar todas essas mazelas vindas do setor mineral, faz-se necessário citar Carlos Drummond de Andrade, natural do estado de Minas Gerais e que vivenciou durante sua infância e adolescência os impactos da antiga Vale do Rio Doce (agora apenas Vale S.A.), na vida dos(as) moradores(as) da cidade de Itabira. A destruição da paisagem de Itabira incomodava o escritor, que transformou sua angústia em um punhado de poemas sobre a mineração, versos que jogavam pedra nas mineradoras e nos governos dispostos a sacrificar a geografia e os trabalhadores mineiros pelo vil (e lucrativo) metal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório “Direitos Humanos e Empresas: a Vale S.A. e as táticas de dominação, violações e conflitos submergindo territórios, água, raça e gênero” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2020) mostra o crescimento dos conflitos e mortes ligadas à defesa dos territórios devido à ação das empresas. Esse balanço refere-se ao monitoramento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que marca a mineração como um dos causadores de grandes conflitos. A organização CPT monitora os conflitos pela água desde o ano de 2002 e seus atuais panoramas.

As pressões econômicas sobre os territórios não impactam somente os modos de vida, mas “colocam em risco a própria sobrevivência” de comunidades atingidas, já que os empreendimentos minerários afetam também o acesso a recursos indispensáveis, como a água, o que impacta fortemente a saúde dessas populações, em especial, as mulheres.

Diante do cenário de violações trazidas aqui por meio dos relatos das três lideranças femininas, percebeu-se como a chegada da exploração mineral na região, além da contaminação de rios, igarapés, provocou e provoca, ao longo dos anos, a destruição dos modos de vida e de espaços produtivos de comunidades ao longo da Estrada de Ferro Carajás.

As lideranças evidenciam em seus depoimentos o motivo de terem sido processadas pela Vale S.A. diante das ações de resistência das comunidades ao modelo de ocupação predatória do capital, representadas pela relação entre a empresa e as comunidades atingidas pela mineração. Os trilhos da Estrada de Ferro Carajás interferem de forma negativa na rotina de suas

comunidades; nos processos de titulação da terra; provoca atropelamentos de animais e pessoas; fomenta rivalidades entre comunidades; e criminaliza as ações que tentam resistir as suas formas de gerir o território.

Tanto Margarida quanto Machado relatam que, gradualmente, enxergam ser cada vez mais pertinente se organizarem para construir estratégias, de modo a não apenas dialogarem e aceitarem promessas de melhores condições de vida para as comunidades que ficam em torno da Estrada de Ferro Carajás, nem somente convencerem a empresa Vale, mas também é necessário exigir soluções efetivas para amenizar os efeitos provocados pela mineradora, os processos criminais direcionados às lideranças das comunidades localizadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás constituem o modo cruel que a empresa lança mão para lidar com as comunidades, visto que impede as ações afetivas da comunidade além de amedrontar e dificultar a ação de novas lideranças.

O que fica para as mulheres que vivem em territórios onde estão instaladas mineradoras é a violência, prostituição, exploração do trabalho, expulsão de territórios, contaminação de rios, problemas de saúde física e psicológica própria e dos filhos, jornadas extensas de trabalho, roubo da água e precarização da vida.

As mulheres são as primeiras a terem seus direitos violados pelo processo de mineração da Vale, pois estão na ponta da discriminação sistemática, do crescimento da desigualdade e da perda da autonomia devido ao efeito da atividade minerária. Por isso, também são as mulheres as primeiras a se organizarem para enfrentar o modelo extrativista e as mudanças radicais impostas nos territórios sobre seus modos de produção e reprodução da vida.

Evidenciam-se, como efeitos desses processos criminais na vida dessas lideranças femininas, as rupturas nos modelos tradicionais, deslocamentos, permanências e estratégias de resistência das mulheres, além de algumas mudanças na divisão sexual do trabalho no segmento industrial da mineração. A criminalização na vida dessas pessoas é mais uma estratégia do capital mineral para desarticular suas comunidades e rotinas, uma vez que 'mineração é também lugar de mulher', principalmente se for para buscar espaços de diálogo e de ir contra as formas de criminalização.

Alguns dos processos que as mulheres receberam da empresa Vale foram arquivados e outros continuam em andamento. Não há relatos que essas mulheres venceram alguns desses processos criminais. A forma como as mulheres, na sua ampla diversidade são atingidas, percebem e atuam em relação aos impactos e conflitos, principalmente na questão dos

processos criminais, também é demarcada por uma cultura misógina em que se naturalizam as violências como instrumentos de dominação e não tem o reconhecimento dessas lideranças femininas como seres políticos ou sujeitos de direitos.

Em decorrência dessas mesmas relações, no entanto, é possível ver o efetivo papel das mulheres nas determinações dos problemas relacionados aos conflitos e na forma de enfrentá-los, pois não é considerado ou visibilizado, inclusive em muitos processos de resistências, sejam eles criminais ou em defesa do bem estar da população de seus territórios.

As relações conturbadas de Carlos Drummond de Andrade com a mineração estão muito bem esmiuçadas no trecho do poema “O Maior Trem do Mundo” (ANDRADE, 1984 apud OUTROS OLHARES, 2010):

*O maior trem do mundo
Leva minha terra
Para a Alemanha
Leva minha terra
Para o Canadá
Leva minha terra
Para o Japão
O maior trem do mundo
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
Engatadas geminadas desembestadas
Leva meu tempo, minha infância, minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e destruição
O maior trem do mundo
Transporta a coisa mínima do mundo
Meu coração itabirano
Lá vai o trem maior do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei não voltará
Pois nem terra nem coração existem mais.*

O poeta já apontava como algumas áreas eram exploradas em Itabira sem receber contrapartida nenhuma, ficando apenas com os malefícios da mineração. Drummond, com a sua angústia e anseio por repostas representa moradores(as) surpreendidos em seus territórios pelo impacto da exploração de minério cortando os seus territórios, deixando pobreza e destruição que também marca profundamente a poesia do escritor mineiro.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- BASTER, R. O silenciamento das mulheres camponesas em situações de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências. *In*: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; SANTOS, P. C. M. (coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT Nacional, 2019. p. 83-88.
- CASTRO, E. M. R.; CAMPOS, I. Formação Socioeconômica do Estado do Pará. *In*: CASTRO, E. M. R.; CAMPOS, I. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 401-482.
- COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá: Editora iGuana, 2015.
- COMELLI, M. Mujeres y acciones colectivas “por la vida” frente al a expansión de laminería a gran escala en la región cordillerana de Argentina. *In*: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP, 6., 2010, La Plata. **Actas [...]**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Departamento de Sociología, 2010. p. 1-21. Disponível em: <https://www.academica.org/000-027/502.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- DOMENICI, T. Estrada de Ferro Carajás: Processados pela Vale. **Agência Pública**, São Paulo, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/11/processados-pela-vale/#:~:text=A%20Vale%20diz%20na%20a%C3%A7%C3%A3o,a%20quem%20descumprisse%20a%20ordem>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 51-86, 2003.
- FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/214>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- GARCÍA ACOSTA, V. El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos. **Desacatos**, Ciudad de México, n. 19, p. 11-24, sep./dic. 2005. Disponível em: <http://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/1042>. Acesso em: 14 ago. 2019.

JORNAIS DE TODOS OS BRASIS. Vale processa moradores que pede reparações. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cidadania/vale-processa-moradores-que-pede-reparacoes/> dados de campo. Acesso em: 29 de mar. 2023.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Assentamento João do Vale – MA**. [s. l.], 02 abr. 2014a [Comunidades impactadas]. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/2014/04/02/assentamento-joao-do-vale-ma/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Direitos humanos e empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero**. [S. l.]: Justiça nos Trilhos, 2020. Disponível em: <https://seminariopovosnatureza.org/wp-content/uploads/2021/02/Relatorio-Direito-Humanos-e-Empresas-JnT.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

LOCATELLI, P. Vale processa quem se manifesta por reparação e emprego. **Carta Capital**, Buriticupu, 10 set. 2015. Sociedade. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/vale-processa-quem-se-manifesta-por-reparacao-e-emprego-6642/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MALHEIRO, B. C. P. **O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia**. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013. p. 1-30. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st39/8676-neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda>. Acesso em: 15 jul. 2018.

OUTROS OLHARES. O maior trem do mundo, de Carlos Drummond de Andrade. **Outros Olhares**, [s. l.], 2 abr. 2010. Disponível em: <http://outrosolharessobre.blogspot.com/2010/04/o-maior-trem-do-mundo-de-carlos.html>. Acesso em: 04 abr. 2023.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, R. S. P. Plano de Mineração Nacional e os impactos sociais no Brasil [Entrevista concedida ao] **IHU Unisinos**, São Leopoldo, 05 mar. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/517837-plano-de-mineracao-nacional-e-os-impactos-sociais-no-brasil-entrevista-com-rodrigo-salles-pereira-dos-santos>. Acesso em: 23 mar. 2019.

SANTOS, D. **Não se pode entrar em terra de encantado sem pedir permissão**: um estudo sobre a relação entre pessoas e encantados na luta pelo território quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru Mirim-MA). 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SILVA, S. C. Legado de violações: impactos da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão. **Revista Não Vale**, São Luís, p. 08-21, 2014.

SOUZA, F. É. S.; RODRIGUES, J. C. A resistência de bromélias e vitórias-régias: narrativas femininas frente à mineração. **InterEspaço**: revista de geografia e interdisciplinaridade, Grajaú, v. 5, n. 16, e10926, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/10926>. Acesso em: 26 jan. 2020.

TRENS atravessam ‘quintais’ e geram conflito no Norte. **SINIFERRO**, Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.sindiferro.org.br/trens-atravesam-quintais-e-geram-conflito-no-norte/>. Acesso em: 22 fev. 2023.